

# **Regulamento para a eleição dos membros do Conselho Geral**

## **Regulamento para a eleição do Conselho Geral da ESAOF**

### **PREÂMBULO**

Tendo como base o Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº137/2012 de 2 de julho, capítulo III, secção I, artigos 10º, alínea a), 11º, 12º, 13º, 14º, 15º e 16º e o Regulamento Interno da ESAOF, apresenta-se a seguir o Regulamento Eleitoral para o Conselho Geral.

### **Artigo 1º**

#### **Objeto**

O presente regulamento estabelece as condições de acesso e normas do concurso para eleição do Conselho Geral.

### **Artigo 2º**

#### **Abertura e Publicação**

1 - O processo eleitoral para o Conselho Geral será aberto após aprovação deste Regulamento pelo Conselho Geral e após divulgação do Aviso de Abertura e Calendarização do processo pela Presidente do Conselho Geral.

2 – A Presidente do Conselho Geral desencadeará os restantes procedimentos para a divulgação do presente Regulamento, publicitação do calendário eleitoral, bem como para a designação dos representantes da mesa (efetivos e suplentes) que presidirão às eleições para o Conselho Geral e ao respetivo escrutínio.

### **Artigo 3º**

#### **Processo eleitoral**

1 – Para acompanhar a realização do processo eleitoral, o Conselho Geral cessante designa uma Comissão de Acompanhamento de três dos seus membros, encarregada de proceder à verificação dos requisitos relativos aos candidatos e à constituição das listas que serão identificadas com letras em ordem alfabética, de acordo com a ordem de entrega.

2 – Os representantes do pessoal docente, do pessoal não docente e dos alunos são eleitos por distintos corpos eleitorais.

3 – A Comissão de Acompanhamento verifica, posteriormente à entrega das listas de candidatura, do cumprimento dos requisitos relativos aos candidatos e à constituição das listas, procedendo, em seguida, à sua publicitação em local público na escola.

4 – Das decisões da Comissão de Acompanhamento cabe reclamação para a Presidente do Conselho Geral cessante, que decidirá da mesma no prazo de 24 horas.

## **Artigo 4º**

### **Cadernos Eleitorais**

1 – Fazem parte dos respetivos cadernos eleitorais todos os docentes e não docentes em exercício de funções na escola e os alunos do ensino secundário (maiores de 16 anos de idade) matriculados na mesma.

2 – Cabe à Presidente do Conselho Geral, com a colaboração do Diretor, garantir que, até 10 dias antes das eleições, sejam elaborados e disponibilizados para consulta os cadernos eleitorais, nos serviços administrativos da escola.

3 – Até 72 horas antes do ato eleitoral, qualquer interessado, que tenha direito a voto e não conste do caderno eleitoral, ou detete irregularidades, pode apresentar reclamação dirigida à Presidente do Conselho Geral, que, no prazo de 24 horas, deverá apreciar a mesma e dar resposta.

## **Artigo 5º**

### **Eleição dos representantes do pessoal docente**

1 – As listas do pessoal docente devem assegurar, sempre que possível, a representação dos diferentes níveis do ensino básico e secundário.

2 – As listas terão de indicar os candidatos a membros efetivos, em número de sete, bem como os candidatos suplentes, em igual número, devendo ser também rubricadas pelos respetivos candidatos, como forma de manifestarem a sua concordância.

3 – Cada lista pode indicar até dois representantes, para acompanharem todos os atos eleitorais.

4 – Os impressos de candidatura serão disponibilizados nos serviços administrativos da escola, a partir da data de convocação do ato eleitoral.

5 – As listas serão entregues à Coordenadora dos serviços administrativos da escola, ou sua representante, em mão e em envelope fechado, até às 15h00 do quinto dia útil anterior à data fixada para a realização da assembleia eleitoral, com registo da data e hora de entrada.

6 – Após verificada a legalidade das listas pela Presidente do Conselho Geral cessante, as mesmas serão por si rubricadas e posteriormente afixadas na escola em local visível.

7 – A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

## **Artigo 6º**

### **Eleição dos representantes do pessoal não docente**

1 – As listas do pessoal não docente terão de indicar dois candidatos a membros efetivos e dois candidatos a membros suplentes, devendo ser também rubricadas pelos respetivos candidatos, como forma de manifestarem a sua concordância.

2 - Cada lista pode indicar até dois representantes, para acompanharem todos os atos eleitorais.

3 - Os impressos de candidatura serão disponibilizados nos serviços administrativos da escola, a partir da data de convocação do ato eleitoral.

5 – As listas serão entregues à Coordenadora dos serviços administrativos da escola, ou sua representante, em mão e em envelope fechado, até às 15h00 do quinto dia útil anterior à data fixada para a realização da assembleia eleitoral, com registo da data e hora de entrada.

6 - Após verificada a legalidade das listas pela Presidente do Conselho Geral cessante, as mesmas serão por si rubricadas e posteriormente afixadas na escola em local visível.

7 – A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

## **Artigo 7º**

### **Eleição dos representantes dos alunos**

- 1 - As listas dos alunos terão de indicar dois candidatos a membros efetivos e dois candidatos a membros suplentes, devendo ser também rubricadas pelos respetivos candidatos, como forma de manifestarem a sua concordância.
- 2 - Cada lista pode indicar até dois representantes, para acompanharem todos os atos eleitorais.
- 3 - Os impressos de candidatura serão disponibilizados nos serviços administrativos da escola, a partir da data de convocação do ato eleitoral.
- 5 - As listas serão entregues à Coordenadora dos serviços administrativos da escola, em mão e em envelope fechado, até às 15h00 do quinto dia útil anterior à data fixada para a realização da assembleia eleitoral, com registo da data e hora de entrada.
- 6 - Após verificada a legalidade das listas pela Presidente do Conselho Geral cessante, as mesmas serão por si rubricadas e posteriormente afixadas na escola em local visível.
- 7 - A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

## **Artigo 8º**

### **Eleição dos representantes dos pais e encarregados de educação**

- 1 - Os representantes dos pais e encarregados de educação são eleitos em assembleia geral de pais e encarregados de educação.
- 2 - No caso de inatividade da associação de pais e encarregados de educação, o Diretor convoca os representantes dos pais e encarregados de educação, por turma, para, em assembleia geral, procederem à eleição dos seus representantes.
- 3 - O mandato dos representantes dos pais e encarregados de educação tem a duração de um ano letivo.

## **Artigo 9º**

### **Representantes do município**

Os representantes do município são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas Juntas de Freguesia.

## **Artigo 10º**

### **Representantes da Comunidade Local**

Os representantes da Comunidade Local, quando se trata de individualidades ou representantes de atividades de carácter económico, social, cultural e científico, são cooptados pelos demais membros eleitos, em reunião especialmente convocada pela Presidente do Conselho Geral cessante. Quando se trata de representantes de instituições ou organizações, estas indicam os seus representantes.

## **Artigo 11º**

### **Ato Eleitoral**

- 1 – O processo eleitoral realiza-se por sufrágio secreto e por voto presencial.
- 2 – Para o pessoal docente, o ato eleitoral decorre na data marcada para o efeito, das 9h00 às 16h00, na biblioteca da escola.
- 3 – Para o pessoal não docente, o ato eleitoral decorre na data marcada para o efeito, das 9h00 às 16h00, na biblioteca da escola.
- 4 – Para os alunos, o ato eleitoral decorre na data marcada para o efeito, das 9h00 às 16h00, no polivalente da escola.
- 5 – As urnas permanecerão abertas ininterruptamente entre as 9h00 da manhã e as 16h00, salvo se todos os eleitores tiverem votado.

## **Artigo 12º**

### **Constituição das mesas eleitorais**

- 1- Cada mesa eleitoral, seja do pessoal docente, não docente, ou dos alunos, é constituída por 3 membros efetivos (Presidente, Secretário e Vogal) e 2 suplentes.
- 2- Os membros das mesas eleitorais são designados pela Presidente do Conselho Geral, mediante proposta do Diretor.
- 3- Um representante de cada lista candidata, de cada um dos corpos a eleger, pode acompanhar o processo eleitoral.

## **Artigo 13º**

### **Competências das mesas eleitorais**

- 1 – Receber da Presidente do Conselho Geral os cadernos eleitorais.
- 3 – Proceder à abertura e encerramento das urnas.
- 3 – Efetuar os escrutínios e apurar os resultados. Serão considerados válidos os votos cujo boletim contenha apenas uma cruz no respetivo quadrado; serão considerados brancos os votos cujo boletim não tenha nada assinalado, os restantes serão considerados nulos.
- 4 - Lavrar as respetivas atas no próprio dia, em impresso próprio, devidamente assinadas (pelos elementos da mesa e pelos representantes das listas) e entregar à Presidente do Conselho Geral, que as remeterá à Comissão de Acompanhamento para verificação do apuramento final dos resultados.

## **Artigo 14º**

### **Divulgação dos resultados**

- 1 – Os resultados dos escrutínios são divulgados pela Presidente do Conselho Geral através da afixação das respetivas atas no prazo de vinte e quatro horas nos locais designados para o efeito.
- 2 – As atas referidas no número anterior, acompanhadas por todos os elementos que se justifiquem como necessários, serão enviadas ao Diretor Geral da Administração Escolar, no prazo de 5 dias úteis após a conclusão do processo eleitoral.

## **Artigo 15º**

### **Reclamações**

Todas as contestações, ou impugnações, ao ato eleitoral devem ser formalizadas, por escrito, junto da Presidente do Conselho Geral no prazo de 48 horas após o processo.

## **Artigo 16º**

### **Tomada de posse**

1 – Em tempo útil subsequente à eleição, a Presidente do Conselho Geral cessante deverá dar como concluídos os trabalhos do respetivo Conselho e convocará os novos membros eleitos, a fim de estes tomarem posse e elegerem Presidente, dando-se, assim, início ao exercício de funções do novo Conselho Geral.

2 – Esta primeira reunião será presidida pela Presidente do Conselho Geral cessante, que terminará funções após a eleição do/da Presidente seguinte.

## **Artigo 17º**

### **Disposições Finais**

Para a resolução de eventuais casos omissos do presente Regulamento Eleitoral, aplicar-se-á, subsidiariamente, o disposto no Código do Procedimento Administrativo.

Aprovado em reunião de Conselho Geral de 22 de outubro de 2025.

A Presidente do Conselho Geral,

Amélia Lamego